

LEHNER, Ulrich L (2022). *The Inner Life of Catholic Reform. From the Council of Trent to the Enlightenment.* New York: Oxford University Press, 312 pp., ISBN: 9780197620601.

Pela mão da prestigiada Oxford University Press, Ulrich L. Lehner, professor da Universidade de Notre Dame, Indiana (EUA), analisa a reforma tridentina no quadro de dinâmicas de renovação espiritual dos fiéis no período que medeia entre o Concílio de Trento e o Iluminismo. O foco da obra centra-se no estudo da espiritualidade emanada a partir do Concílio de Trento, sobretudo no processo de renovação espiritual marcado por crenças, sentimentos, imaginação, práticas e vivências religiosas dos fiéis. Esta perspectiva distingue-se de abordagens historiográficas que têm informado o tema e que se enquadram, maioritariamente, numa perspetiva institucional e política. Distingue-se, igualmente, de abordagens centradas na questão do disciplinamento e controle social. Lehner defende que a renovação tridentina, cujo principal propósito passava pela salvação das almas, foi gizada através da veiculação da ideia de amor divino, que não apenas através da inculcação do medo, contrastando as teses de Jean Delumeau. A obra está estruturada em 10 capítulos, que vão desde questões e conceitos associados à espiritualidade, passam pela formação e ação dos párocos, tocam na questão da família para depois relevarem a prática sacramental, o papel das associações confraternais na renovação espiritual, a oração e a importância dos símbolos e imagens.

No capítulo 1 observa-se o que estava em jogo com a dimensão espiritual da Reforma Católica – a santidade. Para a conseguir era necessário operar uma transformação interior dos fiéis através da graça divina. A graça era obtida pela via da prática sacramental. A oração, a caridade e a mortificação eram instrumentos da graça de Deus. Não era nada de novo na história da Igreja; o que era novo era a intensidade com que se projetava o conceito de santidade no período moderno. A santidade transformou-se num ideal para todos os crentes. Tratava-se, em termos teológicos, de um regresso às origens do cristianismo, à pureza da fé e da doutrina. Era, todavia, um regresso com as necessárias adaptações à realidade coetânea moderna que obrigava ao discernimento, isto é, à interpretação da palavra de Deus de acordo com a *recta ratio*, em coerência com o espírito da Igreja. O universo dos fiéis, obrigava ainda a outro tipo de adaptações, maioritariamente de natureza catequética, em virtude da existência de crentes com origens sociais e culturais muito diversificadas, resultantes das dinâmicas globais dos impérios. A designação espírito de Trento é apresentada como sendo mais consentânea com esta rea-

lidade, considerando-se que este conceito reflete melhor um processo flexível e por isso adaptativo que se moldou a culturas, práticas e costumes distintos.

O capítulo 2 aborda o papel dos clérigos, que a Igreja tridentina considerava elementos-chave no processo de reforma, pelas funções que desempenhavam e pela proximidade que tinham com os fiéis. Em termos teológicos, após o Concílio de Trento, almejou-se instituir uma imagem do sacerdote mimética de Cristo, doutor e juiz *in persona Christi*, médico das almas e dispensador dos tesouros do céu. Deveria, igualmente, assumir-se como o pai dos fiéis e cuidador do rebanho de Deus. Para que os clérigos fossem tudo isto, era preciso renovar a sua imagem, a formação, o zelo e a ação, bem como o comportamento moral. Criaram-se modelos de clérigos, produziram-se obras que veiculavam o modelo de clérigo exemplar, que assentava no amor a Deus e numa união com Deus e com o próximo. Apesar do ensejo da Igreja em renovar o estado clerical, não houve melhorias substanciais do clero até ao século XVIII como se reconhece na obra. O autor refere que os seminários não contribuíram para melhorar a formação do clero, em virtude da falta de recursos e a Universidade também não foi determinante, pelo reduzido número de clérigos que a frequentava. Refere, ainda, que as visitas eram marcadamente ineficazes em termos de disciplina clerical e espiritual do clero. A desvalorização que se faz das visitas pastorais, enquanto instrumento de disciplinamento, mas igualmente de renovação espiritual do clero e dos fiéis, é discutível. No caso português as visitas foram instrumentos eficazes no plano dos comportamentos, mas igualmente não se deve excluir a sua relevância na dimensão das consciências, hábitos e atitudes religiosas. Lehner parece apontar que as razões da melhoria do estado clerical no século XVIII decorrem da veiculação dos modelos de clérigos e de normas e práticas associadas ao múnus, bem como do aumento da exigência dos fiéis para com os sacerdotes, sobretudo no plano do comportamento moral. Concomitantemente, revela que os exames de ordinandos passaram a ser mais exigentes. Teriam os fiéis tanta consciência das faltas dos párocos no plano moral como se quer fazer crer, considerando os níveis de iliteracia existentes? Por outro lado, a exigência dos exames de ordinandos não pode ser vista como passível de se estender ao universo católico. Em Portugal, por exemplo, os exames eram pouco exigentes.

O capítulo 3 é dedicado à homilia. Lehner releva a importância da homilia, colocando a ênfase na questão do sermão. O recurso aos púlpitos, à linguagem corporal, às metáforas e alegorias bíblicas, o apelo aos sentimentos e emoções eram formas comumente utilizadas pelos clérigos nestes contextos. A homilia era encarada como um instrumento fundamental no

controle dos afetos, subjugando-os a Deus. Para estimular os afetos era importante conhecer as causas que os determinavam, quer endógenas, isto é, orgânicas, quer exógenas, externas ao organismo. O afeto mais estimulado na homilia era o medo, nomeadamente o receio de Deus, do inferno e das penas do purgatório. Condenavam-se, por isso, os vícios, em particular a avareza e ressaltavam-se as virtudes, nomeadamente a caridade. Assevera-se, todavia, que no século XVIII, algumas comunidades, caso dos Padres Vicentinos, contrariamente a outras comunidades a exemplo dos Jesuítas, prescreviam uma pregação menos temerosa, assente no amor divino através da veiculação de obras homiléticas. Avaliar as dinâmicas do sermão e a sua eficácia a partir de textos, maioritariamente, provenientes de membros de ordens religiosas é questionável. Pode não refletir a realidade de muitas paróquias, onde os párocos, por norma, eram do clero secular, com carências no plano da formação, alguns com poucos réditos, que poderiam não ter acesso ou interesse em obras deste cariz. Por outro lado, como o próprio autor reconhece, o disciplinamento e controlo social consubstanciados através da inculcação do medo tiveram papel relevante na sermonaria e não podem ser completamente dissociados do processo de renovação espiritual dos fiéis.

O ensino da doutrina evidencia-se no capítulo 4. Os focos da pastoral tridentina, no que à fé diz respeito, passaram a ser a família e a paróquia. O pároco estava incumbido de operar a transformação dos fiéis através da doutrinação. Por sua vez, a família teria de assumir a responsabilidade de criar as condições, por exemplo através do ensino da doutrina ou da oração, para que a transformação espiritual se operasse no seio familiar. A relevância dos catecismos é sublinhada, quer em contextos europeus, quer nos impérios onde foram necessariamente alvo de adequação às respetivas realidades sociais e culturais. Nestes casos, os catecismos expressavam a inexistência de quaisquer diferenças sociais, étnicas e culturais no que à salvação dizia respeito. Todavia, se o igualitarismo se afirmava no plano espiritual, a Igreja não se coibia de justificar as diferenças entre os seres humanos no mundo natural. A catequização, reconhece-se na obra, não ocorreu sem escolhos, entre outros fatores pela iliteracia dos crentes que muitas vezes não compreendiam o significado da mensagem, limitando-se a reproduzir o que ouviam. Pese embora se apresente a catequização como instrumento fundamental do processo de transformação espiritual dos fiéis, as evidências sugerem, no caso português, que os párocos por norma não a exercitaram até ao século XVIII.

O capítulo 5 foca-se na família. Começa por discutir o casamento, enquanto sacramento determinante para a salvação dos crentes e promotor do ideal de família assente nos pressupostos da Igreja. Trento promoveu o ca-

samento através de modelos, sendo o da Sagrada Família aquele que tinha, naturalmente, peso maior. Por outro lado, os procedimentos associados ao casamento foram prescritos ao universo dos crentes, a exemplo da necessária catequização dos nubentes, do período de banhos e da sacralização e ritualização do ato. Na obra, Lehner destaca o modelo de casamento que o Concílio de Trento inspirou. O casamento orientado pelo amor, não pela luxúria e dinheiro. A mulher deveria ser obediente ao marido e este tinha obrigatoriamente de a amar e cuidar, sendo a constituição da prole a principal finalidade do matrimônio. O adultério era um pecado contra Cristo e a Igreja, pelo facto de o matrimônio espelhar a união entre Cristo e a comunidade dos fiéis. Por sua vez, os filhos deveriam ser educados e preparados para o casamento através, por exemplo, da imitação da vida de santos para se distanciarem dos pecados e dos vícios. O casamento acabou por ser um instrumento fundamental de transformação interior dos fiéis, sendo que esta transformação foi muito além da questão da espiritualidade. Contudo, não basta olhar para as disposições da Igreja ou da doutrina relativas ao casamento. Importa perceber a forma como ele era entendido pelos fiéis, pois só assim é possível discernir se a transformação individual ocorreu e isto não transparece de forma evidente da leitura do livro. Por outro lado, seria igualmente relevante perceber a forma como a Igreja encarou o casamento de indivíduos de grupos sociais e culturais muito distintos, a exemplo dos seres humanos escravizados, no que concerne, caso tenham existido, à reformulação de exigências e adequação de práticas e rituais em função das especificidades destes grupos sociais.

No capítulo 6, o enfoque são as confrarias e as comunidades de leigos. O Concílio promoveu a generalização das confrarias e os crentes encontraram nestas associações o reforço da solidariedade social, das ligações comunitárias e o conforto espiritual. As irmandades marianas jesuíticas e das Ordens Terceiras desempenharam papel relevante na renovação da Igreja. Foram determinantes na promoção de exercícios espirituais, para a revigoração espiritual no plano individual. Assumiam práticas de oração e caritativas. Promoviam, igualmente, práticas de imitação de santos nos hábitos e atitudes. O capítulo termina com referência à espiritualidade feminina vivida no seio de movimentos e associações laicas e das consequências sociais da existência de cada vez mais mulheres no universo católico a assumirem uma religiosidade fervorosa. Os movimentos laicos no seio da Igreja foram, em alguns casos, vistos com desconfiança pelas autoridades, nomeadamente pelos bispos, com comunidades de mulheres obrigadas à clausura e à obediência episcopal. É insofismável que as associações confraternais foram instrumento de grande relevância para a Igreja enquanto dispositivos de renovação espiritual.

Contudo, o impacto dessa renovação não é fácil de entrever. De resto, a este respeito, na página 72, o autor diz: “How successful the self-transformation of sodality members was on a large scale is impossible to assess”.

O capítulo 7 debruça-se sobre a eucaristia e a confissão. A eucaristia era vista como comunhão espiritual, que consubstanciava o amor por Deus. Por outro lado, a missa era vista como uma forma de união da comunidade dos fiéis com Cristo. Nas obras catequéticas e doutrinárias sobre eucaristia, promovia-se a existência de um Deus amoroso e compreensivo. A penitência era apresentada como restituição da confiança em Deus e da misericórdia e perdão divinos, em troca do exame de consciência, arrependimento e contrição. Competia ao padre aferir se os crentes estavam em condições de ser absolvidos. A estratégia era pautada por um diálogo empático, assente na confiança, para levar ao remorso, devendo o clérigo avaliar os sinais, nomeadamente a contrição e a atrição. Em suma, para o autor o amor era relevado, rebatendo-se as teses de Delumeau que assentam na utilização do medo enquanto instrumento confessional. Lehner não deixa de abordar a relevância do confessional na Época Moderna, como barreira criada com propósito de afastar fisicamente os confessores dos fiéis, mas que não impediu os casos de solicitação. A questão da solicitação é paradigmática da dificuldade que o historiador enfrenta para descobrir sinais de transformação espiritual na consciência dos crentes. Intuir a reforma interior, sobretudo a partir de escritos de cariz teológico ou doutrinário, permite vislumbrar parte desta realidade. A transformação espiritual de alguns eclesiásticos ficou aquém das expectativas. As disposições canônicas e teológicas concernentes aos clérigos, a afirmação do zelo com que deviam pautar a sua ação no estrito cumprimento das normas da Igreja, os modelos de clérigos exemplares, a afirmação do celibato não foram variáveis determinantes para que muitos confessores cumprissem as disposições da Igreja. Com efeito, o autor refere que em Espanha o número de crimes de solicitação era elevado, sendo que em Portugal, como estudos têm relevado, acabava por ser igualmente frequente.

O tema da oração assume relevância no capítulo 8. A espiritualidade tridentina, onde a prática sacramental era fundamental, assentava no exercício frequente da oração como forma de obtenção da graça. Por outro lado, o amor divino carecia de oração. A oração tinha de ser sincera, ou seja, não bastava que fosse apenas mera expressão vocal; a mente tinha de estar, igualmente, focada em Deus. No capítulo sublinha-se a valorização da oração pelas almas do purgatório. A tónica foi posta na boa vida. Foram teólogos como Belarmino que afirmaram esta perspetiva; uma boa vida assente nas virtudes e na moral. A boa vida passava igualmente pela repressão dos sentidos através

da mortificação. Era a passagem da *ars Moriendi* para a *ars Vivendi*, em síntese a boa morte era consequência da boa vida. A partir de evidências de obras de cariz catequético ou teológico, assume-se que nos finais do século XVII os leigos estavam imbuídos de uma nova consciência a respeito da oração. Avaliar de forma generalizada a consciência dos leigos a este respeito é problemático, sem se referir práticas dos fiéis associadas à oração que a comprovem. Por outro lado, o universo dos leigos era de tal ordem, que seguramente haveria leigos que interiorizaram as novas práticas, enquanto outros jamais tiveram consciência do significado e da relevância da oração mental como instrumento de graça divina.

O capítulo 9 centra-se nos símbolos e imagens, mormente na sua relevância para a transformação espiritual dos fiéis. A arte refletia o divino e as igrejas passaram a ser fontes de imagens, símbolos e rituais de fé. Os sinos assumiram uma linguagem simbólica. Por sua vez, a música, em particular os hinos, ensinavam os mistérios da fé e as virtudes. Poderiam ser facilmente aprendidos e lembrados. Os objetos, como os objetos sagrados e as relíquias também eram elementos importantes na Época Moderna no reforço da crença e fé. O poder das imagens era imenso. No século XVII apareceram novas imagens, a exemplo da infância de Jesus que se acreditava mimetizar as fraquezas da infância ou a necessidade de se olhar para os seres indefesos e marginalizados, dependentes da graça de Deus. O surgimento da imagem do Sagrado Coração de Jesus também ocorre neste período. Pese embora tivesse origens medievais, o culto só se generalizou na Época Moderna. A representação de anjos tornar-se-ia frequente. Os Anjos de Guarda foram introduzidos no calendário romano apenas em 1608 e a partir de 1670 tornaram-se numa festa obrigatória para os fiéis. Eram tidos como protetores, promotores da fé, defensores dos fiéis. Eram igualmente vistos como modelos de virtudes. Os *Putti* massificaram-se na Época Moderna, como mensagem de pureza e inocência. Consubstanciavam aquilo que os fiéis deveriam ser através da graça divina, bem como simbolizavam os sacramentos e a vida em prol de Deus. Neste capítulo, em função do enquadramento da obra, relevou-se a questão das representações imagéticas na construção da fé perseguida através do amor divino. Contudo, as dimensões angelicais e pueris de Cristo não podem esconder a existência de representações barrocas cujo propósito passava pela inculcação do medo de Deus, da justiça divina ou das penas do inferno que enxameavam as igrejas na Época Moderna. Por outro lado, como se refere na obra, o poder de transformação das imagens e objetos podia ser contraproducente, considerando que havia fiéis que achavam que os objetos sagrados tinham poderes sobrenaturais, o que era considerada uma forma de superstição.

O último capítulo da obra centra-se em Maria e José. Apesar de o culto

a Maria ser praticado desde a Antiguidade, a piedade mariana só adquiriu relevância e projeção a partir do século XVI. Para o autor era uma forma de enfatizar o amor e a misericórdia de Deus, pelos poderes intercessores da Virgem. A piedade mariana foi veiculada, sobretudo, através do rosário e do escapulário que se vulgarizaram no período moderno. Teve uma expressão global, sendo vivida de forma fervorosa em territórios distantes da Europa. O culto mariano foi também utilizado como forma de atrair fiéis para o universo católico onde a salvação, contrariamente ao universo protestante, não era previamente determinada pelo indivíduo. Concomitante à afirmação do culto mariano, massificou-se o culto a S. José. As irmandades dedicadas a S. José passaram a ser comuns e o surgimento das imagens deste santo tornaram-se frequentes nas igrejas. Para os teólogos tridentinos S. José personificava, juntamente com Maria, a importância da família. Servia de modelo para os homens, enquanto cuidador, educador e disciplinador, através do amor e da justiça. Encarnava o modelo da castidade.

Em suma, Ulrich L. Lehner, com grande erudição, foca-se numa dimensão menos valorizada pela historiografia: a renovação espiritual dos fiéis. A partir de uma vasta bibliografia e de fontes de cariz teológico, catequético e doutrinário leva o leitor para o cerne da *renovatio tridentina*: a salvação. Várias formas concorreram para o processo, como sejam a oração, a homilia, as confrarias, as imagens e símbolos ou a doutrinação. A dinâmica assentava na afirmação do amor e misericórdia divinos, que não apenas na inculcação do medo como bem se atesta na obra. A transformação espiritual dos fiéis era o principal desiderato. O alcance dessa transformação, num universo católico em crescimento desmesurado e composto por uma diversidade de crentes de níveis sociais e culturais muito distintos não é, contudo, facilmente perceptível na obra. Por outro lado, certos comportamentos podem não testemunhar verdadeiras alterações do intelecto no plano espiritual, como aliás o autor reconhece na conclusão. Nada disto tira o lustre a uma obra de grande fulgor, que tem o condão de recentrar o discurso historiográfico sobre um dos processos mais marcantes operados na história de transformação dos fiéis e do catolicismo.

JOÃO NUNES

Instituto Politécnico de Viseu | Universidade de Coimbra, CHSC

jnunes@esev.ipv.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0328-307X>



